

A ATUAÇÃO DO IBCCRIM EM

PESQUISAS E PROJETOS



IBCCRIM

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

IBCCRIM 2018 • www.ibccrim.org.br

ASSOCIE-SE JÁ!

BENEFÍCIOS INDIVIDUAIS

- Livre consulta à área restrita do Portal IBCCRIM e à Biblioteca, inclusive midiateca, com remessa via correio de cópias do material solicitado
- Recebimento mensal do Boletim do IBCCRIM
- Recebimento periódico de monografias selecionadas e publicadas com exclusividade pelo Instituto
- Acesso às monografias digitais lançadas no site do IBCCRIM
- Desconto de 30% na assinatura da Revista Brasileira de Ciências Criminais (RBCCRIM)
- Preços promocionais na inscrição de cursos e eventos realizados pelo IBCCRIM ou por entidades conveniadas, incluindo o maior encontro de Ciências Criminais da América Latina, o Seminário Internacional
- Laboratório de Ciências Criminais: participação gratuita para estudantes do 3º ao 5º ano das Faculdades de Direito ou Ciências Sociais, após processo seletivo do IBCCRIM
- Grupos de Estudos: participação gratuita, mediante processo seletivo

CATEGORIAS DE ASSOCIAÇÃO

- Estudante de Graduação
- Profissional Recém-Graduado/a
(até três anos de conclusão de curso)
- Pesquisador/a
(pessoas com dedicação integral à pesquisa acadêmica)
- Profissional
(pessoas com graduação concluída há mais de três anos)

ACOMPANHANDO A ATUALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Fundado há 25 anos, na fase da década de 90 em que se consolidavam as mais diferentes formas de organização da sociedade civil, o IBCCRIM profissionalizou sua gestão nos últimos anos, passando a atuar com projetos e fontes diversas de financiamento, seguindo a tendência das maiores entidades do terceiro setor

A força e a independência da atuação do IBCCRIM são evidente resultado de sua estrutura, fundada em um modelo de associação. Esse modelo garante a independência política do Instituto, sobretudo por suas finanças estarem majoritariamente sustentadas pelas contribuições associativas e pelas fontes de renda levantadas com a realização de eventos, como o consagrado Seminário Internacional de Ciências Criminais, e cursos, entre eles os reconhecidos pela União Européia como Pós-Graduação em parceria com a Universidade de Coimbra.

Um Instituto que já conquistou o tamanho e a reputação do IBCCRIM não poderia, no entanto, deixar de se manter aberto a alternativas de captação de recursos que permitam potencializar suas atividades de produção de conhecimento e incidência política, além de fortalecer sua atuação como organização do terceiro setor.

O novo Marco Regulatório das Organizações Sociais e Civis (MROSC, com vigência iniciada em 2016, por intermédio da Lei nº 13.204/2015) garante, com todos os mecanismos de compliance e transparência, maneiras de se obterem financiamentos públicos ou privados para a realização de projetos, complementando-se assim os rendimentos das organizações.

Diversas experiências de financiamento, sobretudo de pesquisas, já haviam acontecido nos primeiros 20 anos de existência do IBCCRIM. O reconhecimento, porém, de que a instituição está adaptada à dinâmica do terceiro setor ficou consolidado após mais de dez edições do projeto Maria Marias, além de sua adesão à Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD), e foi intensificado na segunda metade do ano de 2017, quando mais entidades filantrópicas, financiadoras de projetos sociais no ecossistema de direitos humanos, buscaram se aproximar do Instituto e dialogar sobre o apoio a novas iniciativas.

Um importante fator para essa potencialização foi a capacidade demonstrada pelo IBCCRIM de trabalhar não apenas no modelo de projetos geridos por uma única organização, mas também no sistema de trabalho colaborativo, em rede, em que diversas organizações se unem para atuar sobre temas convergentes e, assim, aumentar sua capacidade de transformação social. Atualmente, o IBCCRIM faz parte (e é a sede gestora) de dois projetos nesse modelo: a PBPD e o Justa – Democratizando a Gestão Pública da Justiça.

Neste caderno, é possível conhecer os projetos recentemente idealizados e em andamento no IBCCRIM, suas fontes de financiamento e suas principais realizações.



DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE:

Cristiano Avila Maronna

1º VICE-PRESIDENTE:

Thiago Bottino do Amaral

2ª VICE-PRESIDENTA:

Eleonora Rangel Nacif

1º SECRETÁRIO:

Renato Stanziola Vieira

2º SECRETÁRIO:

Roberto Luiz Corcioli Filho

1º TESOUREIRO:

Edson Luis Baldan

2º TESOUREIRO:

Bruno Shimizu

DIRETORA NACIONAL DAS COORDENADORIAS REGIONAIS E ESTADUAIS

Carla Silene Cardoso Lisboa
Bernardo Gomes

ASSESSORA DA DIRETORIA

Jacqueline Sinhoretto

OUVIDOR

Rogério Fernando Taffarello

CONSELHO CONSULTIVO

PRESIDENTE:

Andre Pires de Andrade Kehdi

MEMBROS:

Carlos Alberto Pires Mendes

Helios Nogués Moyano

Mariângela Gama de Magalhães
Gomes

Sérgio Salomão Shecaira

COORDENADORES-CHEFES DOS DEPARTAMENTOS

AMICUS CURIAE:

Maurício Stegemann Dieter

BIBLIOTECA:

Renato Watanabe de Moraes

BOLETIM: Fernando
Gardinali Caetano Dias

COMUNICAÇÃO:

Gabriel de Freitas Queiroz

**CONCESSÃO DE BOLSAS DE
ESTUDO E DESENVOLVIMENTO
ACADÊMICO:** Thayná Yaredy

CONVÊNIOS:

João Paulo Martinelli

COOPERAÇÃO JURÍDICA

INTERNACIONAL:

Maria Helena Rolim

CURSOS:

Yuri Félix

CURSOS IBCCRIM-COIMBRA:

Rafael Serra

ESTUDOS E PROJETOS

LEGISLATIVOS: Luiz Guilherme
Mendes de Paiva

ESTUDOS SOBRE O HABEAS

CORPUS: Alberto Zacharias Toron

INFÂNCIA E JUVENTUDE:

Mariana Chies Santiago Santos

INICIAÇÃO CIENTÍFICA:

Natália Macedo Sanzovo

JORNAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS:

Marina Pinhão Coelho Araújo

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:

Dina Alves

MESAS DE ESTUDOS E DEBATES:

Maurides de Melo Ribeiro

MONOGRAFIAS:

Normanha Ribeiro de Almeida

NÚCLEO DE PESQUISAS:

Juliana de Oliveira Carlos

POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS:

Luis Carlos Valois

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

CRIMINAIS: Mariângela Gama
de Magalhães Gomes

REVISTA LIBERDADES:

Christiano Fragoso

SISTEMA PRISIONAL:

Paulo César Malvezzi

22º CONCURSO DE MONOGRAFIA

DE CIÊNCIAS CRIMINAIS:

Frederico Normanha de
Almeida

24º SEMINÁRIO INTERNACIONAL:

Silvio Luiz de Almeida

GRUPOS DE ESTUDOS

**GRUPOS DE ESTUDOS
SOBRE CIÊNCIAS CRIMINAIS
E DIREITOS HUMANOS:**

César Mortari Barreira

GRUPOS DE ESTUDOS

SOBRE ESCOLAS PENAIS:

Natália Macedo Sanzovo

COORDENADORIAS REGIONAIS

1ª REGIÃO (ACRE,

AMAZONAS E RORAIMA):

Marília Freire da Silva

2ª REGIÃO (GOIÁS E TOCANTINS):

Vitor Hugo Pelles

COORDENADORIAS ESTADUAIS

1ª ESTADUAL (CEARÁ):

Adriano Leitinho Campos

2ª ESTADUAL (PERNAMBUCO):

Maria Carolina de Melo Amorim

3ª ESTADUAL (BAHIA):

Daniel Nicory do Prado

4ª ESTADUAL (MINAS GERAIS):

Eduardo Bruno Avellar Milhomens

5ª ESTADUAL (MATO GROSSO DO SUL):

Wilson Tavares de Lima

6ª ESTADUAL (SÃO PAULO):

Marco Aurélio Florêncio Filho

7ª ESTADUAL (PARANÁ):

Jacson Luiz Zilio

8ª ESTADUAL (AMAPÁ):

João Guilherme Lages Mendes

9ª ESTADUAL (PARÁ):

Ana Cláudia Bastos de Pinho

10ª ESTADUAL (ALAGOAS):

Bruno Cavalcante Leitão Santos

11ª ESTADUAL (SERGIPE):

Robson Cosme de Jesus

12ª ESTADUAL (ESPÍRITO SANTO):

Clécio José Morandi

de Assis Lemos

13ª ESTADUAL (RIO DE JANEIRO):

José Danilo Tavares Lobato

14ª ESTADUAL (DISTRITO FEDERAL):

Débora Diniz Rodrigues

15ª ESTADUAL (MATO GROSSO):

Giovane Santin

17ª ESTADUAL (RIO GRANDE DO SUL):

Álvaro Roberto Antanavicius

Fernandes

18ª ESTADUAL (SANTA CATARINA):

Renato Boabaid

19ª ESTADUAL (PARAÍBA):

Iarley Maia

20ª ESTADUAL**(RIO GRANDE DO NORTE):**

Gabriel Bulhões Nóbrega Dias

21ª ESTADUAL (PIAUI):

Herbeth Barreto

22ª ESTADUAL (MARANHÃO):

Cleopas Isaías Santos

EQUIPE DO IBCCRIM**SUPERVISÃO GERAL:**

Luciana Zaffalon

EQUIPE: Fernanda Costa Barreto

NÚCLEO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

SUPERVISÃO: Roberto Eduardo

Seracinskis Jr.

EQUIPE:

Andrea Pereira dos Santos

Alexandre Soledade de Oliveira

Eliane Yanikian

Nadir Fernandes Almeida Silva

Priscila Nicastro

Vanessa dos Santos Lima

Victor de Souza Nogueira

NÚCLEO DE ATUAÇÃO POLÍTICA

SUPERVISÃO: Carolina Diniz

EQUIPE:

Gabriel Santos Elias

Lorraine Carvalho Silva

NÚCLEO DE BIBLIOTECA

SUPERVISÃO: Helena Curvello

EQUIPE:

Anderson Fernandes Campos

Natalí de Lima Santos

Simone Camargo Nogueira

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO

SUPERVISÃO: Cristina Uchôa

EQUIPE:

Harumi Visconti

Rodrigo Pastore

Vitor Munis

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO

SUPERVISÃO: Amarílis Regina

Costa da Silva

EQUIPE:

Andreza Martiniano

Ana Paula Silva

Hegle Borges

Tânia Andrade

Manuela dos Santos

NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES

SUPERVISÃO: Willians Meneses

EQUIPE: Rafael Vieira

Taynara Lira

SUMÁRIO

Pesquisa "O sustento pelo tráfico ilícito de drogas no Brasil - um olhar sobre São Paulo e Rio de Janeiro" (HPA 2017-18)

PÁG. 6

Compromisso com o enfrentamento à violência de gênero (Instituto Avon 2017-18)

PÁGS. 7 E 8

Entre a imprensa, o congresso e a internet: a racionalidade político criminal no legislativo (Google - 2018)

PÁGS. 9 E 10

JUSTA: Democratizando a Gestão Pública da Justiça (Inst. Betty & Jacob Lafer + FES, 2018-19)

PÁGS. 11 E 12

Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD) (OSF, SSRC, FES - desde 2014)

PÁGS. 13 E 14

PESQUISA “O SUSTENTO PELO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO”

DURAÇÃO DO PROJETO:

PESQUISA DE CAMPO:

SETEMBRO A NOVEMBRO DE 2017

FECHAMENTO: 2018

APOIO:



Por meio de uma articulação feita entre a Coordenação do Departamento Núcleo de Pesquisas do IBCCRIM e a organização inglesa *Health and Poverty Action* (HPA), em junho de 2017 o Instituto foi selecionado para realizar a etapa brasileira de um estudo sociológico internacional sobre o impacto da política de drogas em áreas de periferia urbana.

A pesquisa foi realizada nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e consistiu na escuta qualitativa de 14 pessoas, com idades entre 20 e 63 anos, todas com alguma relação com o tráfico de drogas – seja como objeto de estudo, seja por envolvimento direto no varejo. Além disso, foram feitos registros fotográficos das comunidades relacionadas às pessoas entrevistadas.

O objetivo da iniciativa é identificar as estratégias de controle implementadas por agências repressoras e os motivos, diversos, que levam pessoas a entrar no mercado ilícito de substâncias, tal como o acesso à renda e ao consumo.

Com as entrevistas a especialistas, também se analisa como a atual política proibicionista afeta populações vulneráveis no Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, buscando levantar possíveis alternativas ao modelo de criminalização das drogas.

Os resultados completos da pesquisa serão lançados em breve, com evento dedicado à problematização e ao debate dos resultados.

CONSULTORIAS MOBILIZADAS

PESQUISADORES/AS DE CAMPO: Beatriz Brandão dos Santos, Danielle de Carvalho Vallim, Denis Barreto da Silva, Sulamita Jesus de Assunção e Willian Alves Neves

ESPECIALISTAS – ÁREA ACADÊMICA: Ana Paula Galdeano Cruz, Luciana Boiteux e Mauricio Fiore

TRADUÇÃO: André Ferreira Gomes de Carvalho e Olivia Barreto de Oliveira Cappi

FOTÓGRAFO: Fernando de Oliveira Freitas

EQUIPES DO IBCCRIM ENVOLVIDAS

DEPARTAMENTO NÚCLEO DE PESQUISAS: Juliana de Oliveira Carlos (coordenadora do projeto e Coordenadora-chefe do Departamento) Giane Silvestre, Maria Eduarda Ribeiro Cintra e Tamar Ilinsky Crantschaninov (também coordenadoras do projeto e coordenadoras adjuntas do Departamento).

DIRETORIA: Jacqueline Sinhoretto (responsável pelo departamento Núcleo de Pesquisas)

NÚCLEOS: Coordenação-Geral, Administrativo-Financeiro e Educação.

COMPROMISSO COM O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

DURAÇÃO DO PROJETO: 2017 E 2018

APOIO:



Celebrada no início de 2017, a parceria do IBCCRIM com o Instituto Avon é dedicada ao fortalecimento dos mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres e das formas de empoderamento feminino. A principal premissa da parceria é a disseminação do conhecimento e a construção de saberes sobre as questões de gênero, tendo como tônica a democratização do acesso às formações relacionadas à área jurídica e transdisciplinares, bem como às ações afirmativas para que as mulheres tenham cada vez mais acesso a oportunidades e espaços profissionais e acadêmicos, inclusive de destaque, historicamente ocupados por homens.

A parceria rendeu a primeira edição do curso gratuito "Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica", voltado para advogadas e advogados, com turmas separadas por gênero, realizado entre maio e setembro de 2017. Interdisciplinares e com um corpo docente exclusivamente feminino, as aulas do programa voltaram-se à compreensão da violência doméstica, à assistência e à saúde da mulher e analisaram as teorias de gênero, a aplicação da Lei Maria da Penha e o papel

CURSO DE EXTENSÃO

O ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

10 DE SETEMBRO A 12 DE DEZEMBRO

INSCRIÇÕES GRATUITAS EM WWW.IBCCRIM.ORG.BR

OBJETIVOS
Aprimorar a capacitação de profissionais do Direito para a defesa dos direitos das mulheres;

Aprofundar uma visão crítica das múltiplas dimensões das violências tipificadas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006);

Apresentar e aprofundar a atuação dos diferentes atores da rede de atendimento às mulheres e suas funções.

TURMAS SEPARADAS POR GÊNERO.
Conteúdo multidisciplinar. Segmentado por gênero, com foco nas características de cada grupo.

TURMA FEMININA	TURMA MASCULINA
10 de setembro a 10 de dezembro	12 de setembro a 12 de dezembro

AGORA COM TURMA ONLINE!

PRESENCIAL* OU ONLINE**
Rua Onze de Agosto, 52 – 2º andar
Sé / Centro – São Paulo (SP)
*Vagas limitadas, por ordem de inscrição / **Vagas limitadas

REALIZAÇÃO:

das instituições de justiça no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Com 35 vagas por turma, o curso foi sucesso absoluto de procura, principalmente pelo público feminino, que teve uma lista de espera de mais de 100 interessadas.

2018

Com a parceria renovada, a segunda edição do curso acontece de setembro a dezembro de 2018, mais uma vez gratuito e organizado em turmas separadas por gênero. Além das disputadas aulas presenciais, na sede do IBCCRIM, nas manhãs de segundas e quartas-feiras, será oferecida neste ano a modalidade à distância, além da livre disponibilização dos conteúdos das aulas.

A procura pelo curso foi tão grande que, em menos de uma semana, foi necessário encerrar as inscrições. A turma online ultrapassou o limite da capacidade técnica de transmissão ao vivo: mais de 500 mulheres realizaram sua inscrição e a lista de espera seguia aumentando!

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Como forma de ampliar seu impacto, o Instituto Avon também estendeu seu apoio para ser um dos patrocinadores-master do 24º Seminário Internacional de Ciências Criminais e ofereceu 20 inscrições integrais no evento para mulheres que militam pelo enfrentamento à violência de gênero.

As ativistas foram selecionadas entre dezenas de mulheres que atuam na rede de proteção e atendimento às mulheres em situação de violência ou desenvolvem projetos relacionados ao empoderamento feminino.

EQUIPES DO IBCCRIM ENVOLVIDAS

DEPARTAMENTO NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS: Juliana Carlos (Coordenadora-chefe), Rute Alonso (integrante do departamento e coordenadora do curso), Thayná Yaredy (também Coordenadora do Curso e Coordenadora do Departamento de Concessão de Bolsas de Estudo e Desenvolvimento Acadêmico) e Tatiana Perrone (integrante do Departamento e coordenadora da 1ª edição do curso).

DIRETORA RESPONSÁVEL PELO DEPTO. NÚCLEO DE PESQUISAS: Jacqueline Sinhoretto.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO 24º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

NÚCLEOS MOBILIZADOS: Coordenação-Geral, Administrativo-Financeiro, Comunicação e Educação.



Em parceria com a União de Mulheres de São Paulo, o IBCCRIM já promove, há cerca de dez anos, o projeto “Maria, Marias”. Trata-se de um curso sobre direitos das mulheres voltado para lideranças comunitárias de bairros paulistanos. Gratuita, a formação procura criar e fortalecer redes de proteção às mulheres, assim como capacitar as alunas para que se tornem não só agentes multiplicadoras dos instrumentos protetivos da Lei Maria da Penha, mas também peças-chave para a sua implementação. O curso é realizado sem financiamento externo e as professoras são todas voluntárias.

ENTRE A IMPRENSA, A INTERNET E O CONGRESSO: RACIONALIDADE POLÍTICO CRIMINAL NO LEGISLATIVO

DURAÇÃO DO PROJETO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018



Este projeto foi planejado em conjunto com o Google para potencializar as atividades do IBCCRM na área de políticas públicas, especialmente as ações realizadas pelo Departamento de Estudos e Projetos Legislativos.

Pretende-se, por meio da produção e disponibilização de informações qualificadas em linguagem e formato acessível, ampliar a capacidade de incidência, tanto do Instituto quando de outros atores da sociedade civil, na política legislativa criminal, promovendo o respeito aos princípios e garantias fundamentais.

Os produtos previstos para o projeto são:

- a. **Plataforma online** “Projeto de política criminal – feed de projetos de segurança pública e direitos humanos”;
- b. **Pesquisa** - Entre a imprensa, a internet e o congresso: racionalidade político criminal no legislativo.

A. PROJETO DE POLÍTICA CRIMINAL: FEED DE SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

PARCERIA:



O Projeto de Política Criminal é uma plataforma online de acompanhamento legislativo em matéria criminal e direitos humanos que pretende facilitar a visualização das pautas em debate na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O IBCCRM acredita que, ao potencializar sua capacidade incidência, conseguirá projetar mais e

mais seus princípios na política criminal brasileira.

No Projeto será possível acompanhar a agenda legislativa semanal, a propositura e tramitação de projetos de lei, manifestações do IBCCRM e de outras entidades - como notas técnicas e pesquisas -, além de notícias de imprensa relacionadas aos temas em discussão.

A plataforma fará a busca automatizada de projetos separados por categorias: Direito Penal, Processual Penal e Execução Penal, Direito Penal Econômico, Direito de crianças e adolescentes, transparência e controle social, gênero, racismo, desarmamento, drogas, violência policial e internet.

Em breve estará disponível a assinatura de newsletter específica para acompanhamento legislativo, com agenda da semana, alertas da tramitação e outros conteúdos.

Algumas dessas funcionalidades já estão disponíveis! Acesse a plataforma no endereço:

<https://legislativo.ibccrim.org.br>

CONSULTORIAS MOBILIZADAS PARA O PROJETO

DESENVOLVIMENTO:

Eduardo Cuducos e Paula Granjeiro

DESENVOLVEDOR VOLUNTÁRIO: Felipe Cabral

COMUNICAÇÃO: Douglas Calixto,

Jéssica de Miranda Lana

DESIGN: DoceDesign

B. ESTUDO “ENTRE A IMPRENSA A INTERNET E O CONGRESSO: RACIONALIDADE POLÍTICO CRIMINAL NO LEGISLATIVO”

PARCERIA:



Esse estudo, a ser finalizado em três etapas até o final de 2018, tem como objetivo produzir informações técnicas, em linguagem acessível, subsidiando uma política legislativa criminal que respeite os princípios e garantias fundamentais, em especial o Direito Penal como *ultima ratio*.

A partir do levantamento e análise da legislação existente, da atividade legislativa, de estudos de caso e de notícias veiculadas pela imprensa, pretende-se observar como a influência da mídia, incorporada aos processos legislativos e judiciários, somados à impressão de que apenas o Direito Penal pode resolver os desafios da sociedade, podem resultar em uma legislação repressora da liberdade e pouco eficaz na prevenção de conflitos no ambiente da internet.

Ao final, será produzido um relatório e três sumários executivos para atividades de advocacy no Congresso Nacional, cada um dedicado às diferentes frentes temáticas:

B.1. A LEI MUDA COM A NOTÍCIA

Esta primeira etapa consiste em um levantamento de documentação e bibliografia sobre a correlação entre mídia e alterações legislativas ligadas a casos criminais emblemáticos e de grande repercussão nacional.

B.2. REGULAMENTAÇÃO DA INTERNET E SEU FUNCIONAMENTO

Esta frente do estudo dedicada-se ao levantamento e à análise dos projetos de leis em tramitação no Congresso Nacional entre 2015 e 2018, a partir da perspectiva do direito penal mínimo. A seleção dos projetos analisados será feita de acordo com os seguintes grupos temáticos:

- Criminalização da internet e processo eleitoral
- Proteção à criança e ao adolescente
- Flexibilização da investigação criminal
- Condutas ofensivas e proteção da intimidade na internet (gênero, racismo e discurso de ódio)

Para a análise crítica dos grupos de projetos de lei estudados, serão problematizadas questões como

- a frequência do uso impróprio de conceitos e termos associados à internet;
- a proposta de se impor como sanções obrigações de difícil cumprimento, seja por impossibilidades técnicas ou práticas;
- a redundância e incoerência regulatória, considerando principalmente o uso precipitado do Direito Penal como solução e inadequações em matéria de política criminal.

B.3. CASOS REAIS – COMO SE RESOLVEM OS CONFLITOS NO AMBIENTE DE INTERNET

Por fim, será observado em pesquisa qualitativa como se resolvem, na prática, os conflitos no ambiente de internet, bem como se as leis existentes vem sendo ou não aplicadas. Será feita a escuta de representantes de diferentes setores, contemplando-se empresas de tecnologia, escritórios de advocacia, organizações da sociedade civil, especialistas da área acadêmica e integrantes de instituições e órgãos públicos.

CONSULTORIAS MOBILIZADAS

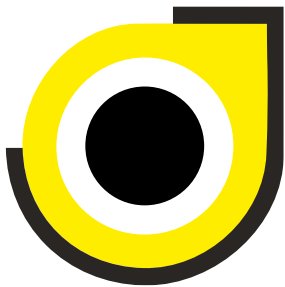
PESQUISA: Ana Paula Camelo, Fabrício Vasconcelos Gomes e Victor Varcelly Medeiros Farias

EQUIPES DO IBCCRIM ENVOLVIDAS

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS LEGISLATIVOS: Luiz Guilherme Paiva (Coordenador-Chefe).

DIRETOR E DIRETORA RESPONSÁVEIS: Cristiano Avila Maronna (Presidente) e Eleonora Rangel Nacif (Vice-Presidenta, responsável pelo departamento de Estudos e Projetos Legislativos).

NÚCLEOS: Coordenação-Geral, Administrativo-Financeiro, Atuação Política e Comunicação.



JUSTA, DEMOCRATIZANDO A JUSTIÇA

**DURAÇÃO DO PROJETO: MARÇO DE 2018 A ABRIL DE 2019
(TRATIVAS PARA QUE EXTENSÃO ATÉ 2023)**

APOIO:

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

**INSTITUTO
Bettye Jacob
LAFER**

Em diálogo direto com o eixo estratégico de atuação do IBCCRIM de Democratização do Sistema de Justiça, foi iniciada em março de 2018 uma grande pesquisa sobre a relação entre o Sistema de Justiça e os demais poderes do Estado Democrático de Direito. A proposta é analisar como a transparência das informações sobre a gestão das instituições possibilita (ou não) o efetivo equilíbrio de forças.

Sua premissa é o princípio republicano de equilíbrio e independência entre os Três Poderes, ou seja, a efetividade dos sistemas de freios e contrapesos. Para verificar essa efetividade em relação ao Sistema de Justiça, é preciso entender como a gestão e o custeio das instituições desse Sistema acontece na prática. E, ainda, como as interações entre os pilares do Sistema (Magistratura, Ministério Público e Defensorias estaduais e distrital) com os Poderes Executivo e Legislativo dos mesmos níveis podem interferir nessa dinâmica.

Além do levantamento de dados, com uma metodologia de pesquisa delimitada e com o uso de diferentes ferramentas, inclusive as mais modernas técnicas de “raspagem de dados digitais”, o projeto tem como resultado previsto a criação de um site que contará não só com a disponibilização integral e aberta dos dados coletados, mas também a produção de conteúdos em diversos formatos para auxiliar o grande público a compreender as informações.

A primeira fase do Justa, em execução para o ano de 2018, abarca sete unidades federativas: Amazonas, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo. Estão iniciadas tratativas para viabilizar a expansão do levantamento para mais estados da Federação nos próximos anos, prevendo-se um cronograma necessário de cinco anos para sua implementação em todas as Unidades da Federação.



GOVERNANÇA

O Justa é gerido pelo IBCCRIM dentro de um Comitê Assessor de Pesquisa, composto por: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC); Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/EAESP); Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação da Universidade Nacional de Brasília (CEDD); King's College London (KCL); Transparência Internacional e Pastoral Carcerária Nacional.

Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva do projeto é liderada pela Coordenação Geral do IBCCRIM e conta com uma equipe de apoio, consolidando-se pela seguinte composição:

COORDENAÇÃO-GERAL: Luciana Zaffalon

PESQUISA: Thandara Santos

LEVANTAMENTO DE DADOS: Thandara Santos e Fernanda Barreto

GESTÃO DE PROJETO: Eugênia Mourão e Fernanda Barreto

COMUNICAÇÃO: Ana Becker e Cristina Uchôa

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Em seus primeiros meses de atividades, o projeto avançou na coleta de dados. Merece destaque a criação de uma ferramenta de raspagem de dados que automatiza a coleta de informações sobre os órgãos públicos pesquisados. Ela é capaz de colher material mesmo quando os dados não estão disponíveis em formatos legíveis por máquinas ou quando estão protegidos por mecanismos "antirrobô" como os códigos *captcha*.

Os dados coletados passam por uma fase de limpeza e estruturação e são inseridos em um aplicativo. Essa ferramenta será apresentada ao público no site do Justa. Com ela, o projeto é capaz de desenvolver um amplo levantamento de informações sobre a gestão e o custeio do sistema de justiça criminal brasileiro e garantir à população um meio intuitivo para acessá-lo e manuseá-lo.

PRÓXIMOS PASSOS

O lançamento da plataforma que disponibilizará as informações coletadas e as análises de dados feitas pelo Justa acontecerá ainda em 2018. Com a publicação desse trabalho, o Justa se tornará um observatório online, aberto e democrático, da gestão pública do Sistema de Justiça.

CONSULTORIAS MOBILIZADAS

DESIGN: Pirô de Imagem

JURIMETRIA: José de Jesus Filho

WEBDESIGN: New ID

EQUIPES DO IBCCRIM ENVOLVIDAS

CONSELHO CONSULTIVO: Andre Pires de Andrade Kehdi (membro do IBCCRIM no Comitê Assessor de Pesquisa).

DEPARTAMENTO NÚCLEO DE PESQUISAS: Juliana de Oliveira Carlos (Coordenadora-Chefe) e José de Jesus Filho (integrante do Departamento).

DIRETOR E DIRETORA RESPONSÁVEIS: Cristiano Avila Maronna (Presidente) e Jacqueline Sinhoretto (responsável pelo Departamento Núcleo de Pesquisas).

NÚCLEOS: Coordenação-geral; Administrativo-Financeiro e Comunicação.



PLATAFORMA BRASILEIRA DE POLÍTICA DE DROGAS – PBPD

DURAÇÃO DO PROJETO: DESDE 2014

APOIOS:



OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS



SSRC



Sediada no IBCCRIM desde sua fundação, em 2014, a Plataforma Brasileira de Política de Drogas é uma rede de organizações, especialistas e ativistas que atuam, em diversas frentes, para reformar o modelo de criminalização das drogas no país.

A PBPD atua pela redução da violência e dos danos associados a políticas proibicionistas e defende projetos e programas que garantam a autonomia, a liberdade e o efetivo direito à saúde das pessoas usuárias de drogas. Como não poderia deixar de fazer, também fomenta o debate sobre os efeitos sociais do combate às drogas, pautando as consequências do encarceramento em massa e denunciando a violência e a letalidade policiais e o racismo institucional.

GOVERNANÇA

A PBPD é gerida pelo IBCCRIM, mas consiste em uma Plataforma composta por uma rede de 50 entidades (consulte a lista completa em <http://pbpd.org.br/membros/>). Compõe-se de um Conselho Consultivo, de 30 pesquisadoras, pesquisadores e especialistas (boa parte associada ao IBCCRIM), e uma Secretaria Executiva que organiza os trabalhos cotidianos.

Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva do projeto é liderada

pela Presidência e pela Coordenação Geral do IBCCRIM e conta com uma equipe de apoio, consolidando-se pela seguinte composição:

SECRETÁRIO EXECUTIVO:

Cristiano Avila Maronna

SECRETÁRIA ADJUNTA: Luciana Zaffalon

COORDENADOR CIENTÍFICO: Sidarta Ribeiro

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO:

Harumi Visconti

COORDENADOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:

Gabriel Santos Elias

ARTICULADORAS: Luana Malheiro

e Nathália Oliveira

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2015: RECURSO EXTRAORDINÁRIO 635.659

Assim como o IBCCRIM, a PBPD é uma das organizações que atua como *amicus curiae* no Recurso Extraordinário 635.659 no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação pede

que o artigo 28 da Lei de Drogas, que diz respeito ao porte de drogas para consumo pessoal, seja considerado inconstitucional. O julgamento do recurso está suspenso desde setembro de 2015.

2016: PESQUISA DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS

Lançada pela PBPD e pelo IBCCRIM, a pesquisa avaliou as ações do programa de redução de danos “De Braços Abertos”, implementado pela Prefeitura de São Paulo em 2014 na região estigmatizada como Cracolândia. Foi a primeira avaliação externa dos impactos do programa.

2017: MESA DE ESTUDOS E DEBATES - ACOLHA, NÃO PUNA (2017)

Realizada em junho de 2017 no IBCCRIM, o evento fez parte da campanha internacional *Support, don't punish*, que desde 2001 procura sensibilizar o olhar da população sobre pessoas que fazem uso problemático de drogas.

2017: REVISTA PLATÔ - DROGAS & POLÍTICAS

Lançada pela Coordenação Científica da PBPD, a “Platô: Drogas & Políticas” é a primeira publicação científica e seriada do Brasil a tratar exclusivamente de política de drogas. Impresso e digital, o primeiro volume contou com o apoio do IBCCRIM e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

2018: GUIA SOBRE DROGAS PARA JORNALISTAS



Inspirado no “Manual de Direito Penal para Jornalistas”, publicação feita pelo IBCCRIM em parceria com o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) em 2013, o Guia foi lançado pela Coordenação de Comunicação da PBPD, com um glosário de verbetes comumente usados na cobertura sobre drogas e fichas informativas sobre as principais substâncias consumidas no mundo. Feita em parceria com o IBCCRIM, Catalize e *Social Science Research Council*, dos EUA, a publicação foi debatida entre especialistas antes de seu lançamento no Seminário “Jornalismo e Drogas: diálogos entre fonte e repórter”, evento da PBPD apoiado pela Fundação Friedrich Ebert (FES).

2018: DROGA É CASO DE POLÍTICA

Lançada para as eleições de 2018, a iniciativa “Droga é caso de política” mapeia, a partir de um formulário online, candidaturas que apoiam mudanças na Lei de Drogas. O projeto também produziu o Guia para debates sobre política de drogas, um “tira dúvidas” sobre mitos e verdades sobre drogas. É possível consultar as candidaturas e a publicação no site da iniciativa: eleicoes.pbpd.org.br

INCIDÊNCIA POLÍTICA

A PBPD também acompanha episódios de relevância no território nacional, como as intervenções policiais na região da Luz, em São Paulo, estigmatizada como “cracolândia”, e grandes eventos internacionais em que se problematizam questões de fronteira sobre a política de drogas. Confira alguns:

2016: PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU SOBRE DROGAS (UNGASS) EM NOVA IORQUE, NOS EUA

2017: SIDE EVENTS NA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DROGAS NARCÓTICAS DA ONU EM VIENA

2017: VICE-PRESIDÊNCIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E DROGAS DE SÃO PAULO

2017: COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Em Buenos Aires, na Argentina, a PBPD compôs uma audiência em parceria com a Conectas Direitos Humanos sobre política de drogas e superencarceramento no Brasil, primeira discussão sobre esse tema na história da CIDH.

2017 E 2018: ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS DE LEI SOBRE MACONHA MEDICINAL NO CONGRESSO NACIONAL E PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

2018: PARTICIPAÇÃO NA 8ª CÚPULA DAS AMÉRICAS EM PAINEL SOBRE CORRUPÇÃO E POLÍTICA DE DROGAS

PRÓXIMOS PASSOS:

Ainda para 2018, estão previstos os lançamentos de produtos dos Núcleos de Ação dos atuais eixos temáticos da PBPD: cannabis, cuidado e atenção e violência e encarceramento.

A. Núcleo Cannabis: curta-metragem sobre mulheres que, à revelia da lei, cultivam maconha para o tratamento de filhas, filhos, netas, netos, além de depoimentos de mães de adolescentes e jovens que sofreram com as violências decorrentes da proibição das drogas.

B. Núcleo Cuidado e Atenção:

B.1. Plataforma interativa com dados nacionais sobre a retirada de bebês de mães usuárias de álcool, crack e outras drogas;

B.2. Artigo de revisão analítica de programas, projetos e ações de redução de danos implementados no Brasil.

C. Núcleo Violência e Encarceramento: animação sobre vidas afetadas pela guerra às drogas, para dialogar com estudantes e docentes de escolas de crianças e adolescentes.

EQUIPES DO IBCCRIM ENVOLVIDAS

DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS: *Amicus Curiae*, Estudos e Projetos Legislativos, Justiça e Segurança Pública, Núcleo de Pesquisas, Política de Drogas e Sistema Prisional.

DIRETOR RESPONSÁVEL:

Cristiano Avila Maronna (Presidente).

NÚCLEOS: Coordenação-Geral, Administrativo-Financeiro, Atuação Política, Comunicação e Educação.

PARCERIAS COM O IBCCRIM: POLÍTICAS DE CONVÊNIOS E DE APOIO A EVENTOS

O IBCCRIM acredita que a atuação em parcerias, com união de esforços e troca de saberes, é capaz de qualificar e expandir os debates técnicos-científicos sobre ciências criminais e potencializar as ações em defesa das garantias e liberdades individuais e dos princípios do Estado Democrático de Direito.

A fim de identificar novas oportunidades de incidência e alcançar os objetivos institucionais, o Instituto sistematizou seus mecanismos de parcerias, compostos pelo conjunto da política de convênios e da política de apoio a eventos. Conheça o documento na página de “Documentos institucionais” no site do IBCCRIM.

RESUMO DO DOCUMENTO

1. Política de Convênios:
 - 1.1. Convênios Associativos;
 - 1.2. Convênios Científicos;
 - 1.3. Convênios entre Bibliotecas;
 - 1.4. Convênios para Divulgação.
 - 1.5. Como fazer um Convênio com o IBCCRIM?
2. Política de apoio a eventos:
 - 2.1. Auxílio na divulgação;
 - 2.2. Apoio sem ônus financeiro;
 - 2.3. Apoio com custo (patrocínio).
 - 2.4. Como pedir apoio do IBCCRIM para um evento?
 - 2.5. Como apoiar eventos ou projetos do IBCCRIM?



IBCCRIM

**Rua Onze de Agosto, 52
Sé - São Paulo / SP**

**(55 11) 3111-1040
ibccrim@ibccrim.org.br
www.ibccrim.com.br**

 twitter.com/ibccrim

 [instagram.com/ibccrim](https://www.instagram.com/ibccrim)

 [facebook.com/ibccrim](https://www.facebook.com/ibccrim)

 [youtube.com/ibccrim](https://www.youtube.com/ibccrim)